

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

DAVDSON LUIZ DE SOUZA
LAIZA KELLY DE LIMA TEODORO

**A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: O PAPEL FUNDAMENTAL DA GESTÃO
ESCOLAR**

MACEIÓ
2025

**DAVDSON LUIZ DE SOUZA
LAIZA KELLY DE LIMA TEODORO**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: O PAPEL FUNDAMENTAL DA
GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional na Universidade Federal de Alagoas, Campus Maceió como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista. Orientador(a): pelo Prof. . Lana Lisiêr de Lima Palmeira.

MACEIÓ – AL

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

DAVDSON LUIZ DE SOUZA
LAIZA KELLY DE LIMA TEODORO

A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: O PAPEL FUNDAMENTAL DA GESTÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 19 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente
LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA
Data: 23/04/2025 12:11:19 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora – Profa. Dra. Lana Lisiér de Lima Palmeira

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente
RODRIGO PEREIRA
Data: 25/04/2025 23:44:11 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dr. Rodrigo Pereira

**DAVDSON LUIZ DE SOUZA
LAIZA KELLY DE LIMA TEODORO**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: O PAPEL FUNDAMENTAL DA
GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional na Universidade Federal de Alagoas, Campus Maceió como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista. Orientador(a): pelo Prof. . Lana Lisiêr de Lima Palmeira.

Maceió, 19 de Março de 2025.

Prof.^a.: Dr^a.: Lana Lisiêr de Lima Palmeira.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 TEORIZANDO ALGUNS ELEMENTOS CENTRAIS	8
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	9
2.2 GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	13
3 O PAPEL DO PROFESSOR NO CAMPO DE ENSINO E INCLUSIVO	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	21

A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: O PAPEL FUNDAMENTAL DA GESTÃO ESCOLAR

BUILDING AN INCLUSIVE SCHOOL: THE FUNDAMENTAL ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT

Davdson Luiz de Souza¹
Laiza Kelly de Lima Teodoro²

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as contribuições do papel da gestão escolar como pilar essencial na construção de uma escola inclusiva, tendo como parâmetro a educação básica. A problemática central que fez nascer o desejo de transformar uma curiosidade rotineira em achados epistemológicos se liga à necessidade de garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para fundamentar este trabalho acerca do papel da gestão escolar utilizaremos como principais autores para discorrer sobre a temática: Saviani (1996), Freire (2007), Libâneo (2007), Lück (2009). No tocante ao prisma metodológico, lançou-se mão da pesquisa qualitativa, com forte apoio da revisão de literatura. Os resultados demonstram que as matrículas entre 2018 a 2023 com pessoas com necessidades especiais cresceram, mas que é preciso ter um olhar atento para a evasão que existe. Como considerações finais, inferiu-se que a gestão escolar não pode ser responsabilizada de forma única e absoluta pela implementação das mudanças necessárias no contexto educacional brasileiro. Como conclusão, é fundamental contar com o apoio de regulamentações, políticas públicas e a colaboração dos diversos agentes envolvidos na concretização de uma escola inclusiva. Inferiu-se que a gestão escolar desempenha um papel crucial na criação de um ambiente inclusivo, onde todos os alunos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

Palavras-chave: Diversidade; escola inclusiva; gestão escolar.

¹ Mestre em Ciências Farmacêutica. Graduado em química e matemática. Docente da educação básica. E-mail: davdsonluiz2020@gmail.com.

² Especialista em educação especial. Graduada em Pedagogia e Letras Português. Professora da rede municipal – Alagoas. E-mail: laiza_teodoro@hotmail.com.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the contributions of the role of school management as an essential pillar in the construction of an inclusive school, using basic education as a parameter. The central problem that gave rise to the desire to transform a routine curiosity into epistemological findings is linked to the need to ensure that all students, regardless of their individual characteristics, have access to quality education. To support this work on the role of school management, we will use the following main authors to discuss the topic: Saviani (1996), Freire (2007), Libâneo (2007), Lück (2009). Regarding the methodological approach, qualitative research was used, with strong support from the literature review. The results show that enrollments between 2018 and 2023 of people with special needs increased, but that it is necessary to pay close attention to the dropout rate that exists. As final considerations, it was inferred that school management cannot be held solely and absolutely responsible for implementing the necessary changes in the Brazilian educational context. In conclusion, it is essential to have the support of regulations, public policies and the collaboration of the various agents involved in the implementation of an inclusive school. It was inferred that school management plays a crucial role in creating an inclusive environment, where all students have the opportunity to learn and develop fully.

Keywords: Diversity; inclusive school; school management.

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro passa por transformações constantemente com intuito de atender, com qualidade, a diversidade nas escolas. Consequentemente, faz-se necessário repensar em relação ao processo de ensino/aprendizagem, já que o ambiente escolar é lugar de apropriação de diversos conhecimentos e definido como espaço democrático onde há compartilhamentos de ideias e saberes. Entretanto, é fundamental entender as dificuldades da Educação inclusiva, levando em conta a relevância de suas metas e o efeito que exerce sobre a sociedade. Primeiramente, é necessário explorar o histórico e os princípios relacionados à inclusão, discutindo as diversas barreiras que podem aparecer ao longo da execução desse processo (Berto, Silva, 2023). Contudo, a educação é um direito de todo cidadão que reside no Brasil, assim como afirma a nossa constituição Federal, em seu artigo 205, ao prescrever que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, apud, Berto, Silva, 2023).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) indica que a educação é uma responsabilidade do Estado, estimulando o crescimento pessoal de cada cidadão. Assim sendo, é crucial examinar a fundo o conceito de inclusão para ter uma compreensão completa da educação inclusiva. Temos como responsabilidade assegurar que a educação seja acessível a todos, sem distinção, para que todos possam ter uma educação igualitária dentro do mesmo ambiente escolar (Berto, Silva, 2023). Dessa forma, a gestão escolar tem um papel fundamental nesse processo de inclusão escolar, pois ela desempenha importante função como articuladora de todo o processo, definindo os objetivos da instituição, incentivando a capacitação dos professores e implementando projetos de educação inclusiva (Chaves et al, s.d). A instituição escolar é vista como ambiente democrático, isto é, ambiente de todos e para todos e através disto o acesso à escolarização permitiu que diversas pessoas, independentes de sua classe social, tivessem acesso ao ensino assim ficando mais próximos de atingir a universalização do acesso ao ensino escolar. É na sala de aula que ocorrem as mudanças, que podem ser efetivadas ou fracassadas, onde as formas de ensino devem abranger a todos para que a inclusão seja possível, é necessário fazer parte e participar, pois a sala de aula não pode ser um lugar onde as diferenças sejam segregadas.

A Constituição Federal (1988) apresenta vários dispositivos de interesse da pessoa com deficiência no Art.º 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E no artigo 208, inciso III destaca-se e prevê o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL,1988).

A LBI (Lei brasileira de acesso a Inclusão da pessoa com Deficiência, nº13.146, de 6 de julho de 2015) já asseguram o acesso e a permanência do estudante com necessidades especiais as instituições de educação, contudo é importante que haja uma regulamentação mais efetiva para que se possam superar as barreiras que na prática limitam que este aluno usufrua de seu direito à educação com maior efetividade.

O sucesso da intervenção educacional depende das mudanças pedagógicas que serão realizadas na instituição de ensino e no convívio familiar. “Daí se pode estabelecer a importância dos profissionais conhecerem melhor o transtorno, o que os educaria nas escolhas dos procedimentos e técnicas necessárias na abordagem do tratamento” (Schunke; Borda Glidden, 2019, p.437).

A gestão escolar é uma peça importante no cenário educacional, sendo indispensável para o êxito do processo educativo, desempenhando um papel crucial na promoção da qualidade da educação e no desenvolvimento integral dos alunos. Em uma perspectiva como as demandas sociais, tecnológicas e culturais que estão em constante modificações, a gestão se torna um fator imprescindível para orientar e coordenar as ações que ocorrem dentro da escola. A eficácia da escola não restringe apenas a transmissão de conhecimentos, mas também no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e na promoção de valores e para este propósito é fundamental que as escolas estejam estruturadas e administradas de forma coerente e eficiente, viabilizando um ambiente de oportunidade de ensino e aprendizagem.

Segundo Libâneo (2007) Uma escola precisa ser mais bem organizada, melhor administrada, melhor gerida, em função da melhor qualidade da aprendizagem dos alunos. Ou seja, toda escola precisa ser bem estruturada para que os alunos aprendam melhor e formem convicções no seu modo de pensar e agir. Além disso, Libâneo (2007) ressalta a importância de estratégias de gestão que promovam a participação ativa dos alunos no processo educativo, estimulando a curiosidade e engajamento. Enfatizando que as práticas pedagógicas estejam alinhadas com as características individuais dos alunos, reconhecendo que cada um tem seu próprio ritmo de aprendizado e experiências de vida. Enfatiza que a gestão deve incentivar o trabalho colaborativo, assim possibilita a troca de experiências e desenvolvimento de estratégias eficientes.

Nessa vertente de ideias, o presente estudo, busca analisar/refletir a relevância da gestão frente à concretização dos pilares de uma escola verdadeiramente inclusiva, garantindo não só o acesso como a permanência exitosa daqueles e daquelas que formam a comunidade estudantil

e que, muitas vezes, tem anseios/necessidades diferenciadas.

Assim, para além dessa introdução, o artigo traz três seções. A inicial, aborda os princípios da educação inclusiva, e a importância da diversidade no ambiente escolar. A seção seguinte trabalha as práticas de gestão que promovem a inclusão, como formação de professores, adaptação curricular e envolvimento da comunidade. Como conclusão, inferiu-se que a gestão escolar desempenha um papel crucial na criação de um ambiente inclusivo, onde todos os alunos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

2. TEORIZANDO ALGUNS ELEMENTOS CENTRAIS

A palavra Gestão, em seu sentido original vem do Latim “*gestio*”, que abarca a ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida. Frequentemente compreendida como função burocrática e de caráter impositivo, não empático e distante de uma visão humanística. A escola como instituição que cuida da qualidade da educação das pessoas com a perspectiva embasada em princípios democráticos articula saberes em prol da construção da cidadania.

A visão de uma gestão democrática ultrapassa a sociedade democrática e sua importância é vista como vinculação com a comunidade, estrutura do currículo da escola e demais demandas. A gestão escolar tem um papel crucial no funcionamento e desenvolvimento das instituições educacionais. Esta área abrange uma grande variedade de atribuições e incumbências, tendo como prioridade assegurar o bom desempenho da escola, dos alunos e funcionários. Portanto, a gestão escolar é composta por estratégias e processos utilizados para administrar a instituição. Como afirma Lück:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. (2009, p. 24).

Antes da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a instituição escolar tinha aspecto apenas administrativo, ou seja, desempenhava apenas questões operacionais e burocráticas. Deste modo, as responsabilidades do diretor e sua equipe eram relacionadas à manutenção, reparo, gestão do orçamento, supervisão de funcionários, compra de materiais, e demais tarefas administrativas. Consequentemente o aspecto pedagógico era deixado em segundo plano e a interação com os pais e a comunidade era limitada, já que o enfoque principal estava na operação eficiente da escola. De acordo com Lück (2009), o bom diretor era o que cumpria essas

obrigações plena e zelosamente, de modo a garantir que a escola não fugisse ao estabelecido em âmbito central ou nível hierárquico superior.

A educação é um campo em construção (Silva, 2015) e está em constantes mudanças que repercutem no “chão” da escola e nas atividades realizadas pelos profissionais da área. Essas mudanças são ocasionadas pelas perspectivas políticas instauradas pelos governantes, tendo como dimensão a construção de um modelo de sociedade pautado pelo viés ideológico e político arraigado em suas bases epistemológicas., ou seja, a educação faz parte do campo político.

Nessa perspectiva, Luckesi (1994) apresenta que a educação é um mecanismo social que pode viabilizar a reprodução ou a transformação das práticas sociais, por meio da configuração política, ideológica, econômica, social e cultural que lhe é atribuída. De acordo com o autor, a educação está a serviço da reprodução quando sinaliza os ideais do sistema capitalista e contribui para que as classes sociais permaneçam no mesmo espaço, por meio de uma educação dual, em que um grupo é formado para servir e obedecer (classe trabalhadora) e outro é visto e incentivado a pensar, governar e definir estratégias hegemônicas e se manter no poder (classe burguesa). Através da escola e de espaços sociais é possível libertar-se, romper e emancipar-se.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação Inclusiva tem sido bastante debatida nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 90, onde uma educação inclusiva de qualidade tem fatores e dimensões que consistem não somente na aceitabilidade, mas sim na valorização das diferenças. Vale ressaltar que as diferenças nem sempre foram vistas de forma equilibrada. De início o atendimento à diversidade era oferecido em instituições privadas e/ou por iniciativas pessoais, onde classes especiais surgiram como alternativa de separar os alunos tidos na época pela sociedade como “normais” dos “anormais”. Ou seja, não havia preocupação com essa classe até que aos poucos foi decorrendo interesse nessa área. Para muitos, o processo educativo era inviável. O que acontecia era apenas um atendimento clínico para esse público. Não eram reconhecidas como cidadãos portadores de direitos a serem garantidos e a questão do desconhecimento sobre as deficiências fez com que muitos sujeitos fossem excluídos, marginalizados e limitados de terem uma vida social e até mesmo de se comunicarem. Realizar um breve percurso sobre a evolução da Educação Especial e Inclusiva mostra as legislações e políticas que trouxeram pontos positivos. Existe uma certa polarização entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. A Educação

Especial é implementada fora do ambiente escolar regular e geralmente ocorre em horários distintos dos em que o aluno está frequentando aulas, ou então em instituições e turmas específicas. Por outro lado, a Educação Inclusiva está integrada ao sistema de ensino convencional. Para isso, foram exigidas mudanças em atitudes, estruturas e currículos, visando atender à alta demanda de estudantes, sem levar em consideração suas particularidades, especialmente nas redes de ensino regulares (Martins et, 2020).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem. A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No

seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do

ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A LDBEN, dedica o Capítulo V para a educação especial. De acordo com o Art. 58, “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Ainda, em relação ao Art. 58, inciso I, temos que, “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”, assim, refletindo em maiores benefícios em relação ao ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais (Brasil, 1996, grifo nosso). A Lei nº 12.796/2013 altera a Lei de nº 9.394/96 e traz em seu Art. 4, inciso I, “educação básica obrigatória e gratuita do 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”, onde vai desde a educação infantil até o ensino médio. Em seu inciso III, “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 2013). Diante disso, as pessoas com necessidades especiais foram assumindo seu lugar na sociedade de maneira mais igualitária. No ano de 2012, foi sancionada a Lei de nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo conhecida como a Lei de Berenice Piana. Essa lei reconhece o autismo com uma deficiência, assim, para que seus direitos a um diagnóstico precoce, medicamentos que auxiliem no tratamento, terapia nutricional e asseguramento ao acesso à educação e ao mercado de trabalho de maneira igualitária sejam garantidos (Brasil, 2012). Um marco nacional, relevante nos últimos anos, é a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), conhecida como, Estatuto da Pessoa com Deficiência, que “está destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, Art. 1º).

Feita toda essa incursão acerca da evolução acima apresentada, passar-se-á na seção seguinte a estreitar a correlação de ideias em torno da importância da gestão na efetividade do

que se encontra posto em leis e documentos internacionais acerca da matéria, eis que, sem uma gestão que se preocupe em materializar tais postulados normativos, a educação especial e a educação inclusiva representarão sempre lacunas entre o preconizado e o realizado no chão da escola.

Os documentos oficiais sobre a relação entre a gestão escolar e a proposta de educação inclusiva, são fontes de reconhecimento às diversidades e desigualdades, além de proverem condições de equilíbrio, como observam as leis e normativas de inclusão, inclusive que "Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades." (Brasil, 1997, p. 5). Para que se atinja os objetivos de promover uma educação inclusiva, é preciso observar que alguns documentos e normas foram criadas para nortear práticas, metodologias e ações correlacionadas, pois na construção de uma gestão democrática inclusiva é necessário manter a aproximação dos sujeitos (comunidade interna e externa), buscando a descentralização do poder e as ações que beneficiem equitativamente e igualitariamente a todos. A educação inclusiva é um conceito que busca integrar todos os alunos no sistema educacional, respeitando suas diferenças e necessidades individuais. Este modelo educacional é sustentado por uma série de *documentos oficiais* e normativas que visam garantir que as escolas sejam ambientes acolhedores e adaptáveis a todos os estudantes. Para que a educação inclusiva seja efetiva, é necessário que a gestão escolar adote práticas que promovam a *diversidade* e a *equidade*. Isso inclui a adaptação de currículos, a implementação de estratégias de ensino diversificadas e a colaboração com a comunidade. A gestão democrática e inclusiva é fundamental para criar um ambiente escolar que respeite e valorize as diferenças, promovendo a descentralização do poder e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional.

2.2 GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO

A gestão escolar constitui um enfoque abrangente na administração de toda a instituição educacional. É dever da gestão assegurar a adequada atenção a todos os setores envolvidos, incluindo funcionários, pais de alunos e as infraestruturas físicas. Além disso, essa gestão deve monitorar a avaliação dos resultados em relação ao planejado anteriormente, bem como analisar o desempenho acadêmico ao longo de todo o ano letivo, tanto dos alunos quanto dos professores e demais membros da equipe escolar. O papel do Diretor é de grande importância em cada nível,

e diferentes níveis de pessoal administrativo envolvidos, Para Sage (1999):

Analisa a relação entre o gestor escolar e a educação inclusiva, reconhece que a prática dessa educação requer alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas. Para o autor, os gestores escolares são essenciais nesse processo, pois lideram e mantêm a estabilidade do sistema. As mudanças apontadas para a construção da escola inclusiva envolvem vários níveis do sistema administrativo: secretarias de educação, organização das escolas e procedimentos didáticos em sala de aula. (Sage apud Picolli, 2010. p. 09).

O papel do gestor é crucial na construção da escola inclusiva através dele podemos mobilizar professores, familiares e membros da comunidade escolar, ou seja, o gestor é um disseminador de transformação na instituição, sendo articulador de todo o processo, definindo objetivos, estimulando a capacitação dos profissionais da escola professores, merendeiras, serviços gerais, auxiliares de sala, porteiros todo corpo docente.

Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes (Brasil, 1997, p. 09).

Percebe-se que um gestor está promovendo uma educação voltada à inclusão quando abre espaços de interação, troca de experiências, criticidade, visão humanizada para assim, garantir a acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como uma gestão democrática participativa que venha a garantir a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões com assembleias regulares, grupos de trabalho colaborativos, igualdade de oportunidades, transparência, responsabilidade e planejamento estratégico coletivo.

3. O PAPEL DO PROFESSOR NO CAMPO DE ENSINO E INCLUSIVO

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento, pertence ao docente promover situações pedagógicas em que os alunos com deficiência superem o senso comum e avancem, pois todos indivíduos têm potencial humano afetivo, social e intelectual, ou seja quebrando as barreiras e paradigmas como também as rotulações. Um dos fatores fundamentais para a implementação de uma proposta inclusiva em sala de aula é a necessidade de que os professores reformulem a percepção limitante acerca das pessoas com necessidades educacionais especiais, adotando uma perspectiva que valorize suas potencialidades. Isso implica na elaboração de atividades diversificadas, com ênfase no respeito às diferenças e nas múltiplas inteligências.

O professor é parte integrante da instituição educacional e é seu dever assumir responsabilidade e compromisso com os alunos, proporcionando o suporte necessário para que estes

se tornem cidadãos ativos e participativos na sociedade em sua totalidade.

Segundo Paulo Freire (1968), educar é um ato político. Nessa visão, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ou seja, este educar não está engessado no currículo formal, mas, ultrapassa para uma relação das dimensões que envolvem a educação, e, conseqüentemente, a práxis pedagógica. Neste sentido entendemos que o papel de um educador deve ser possuir uma reflexão crítica baseada no reconhecimento dos valores que ultrapassa o currículo prescrito, ou seja, ultrapassa as dimensões políticas, culturais, históricas, morais e ambientais.

A atuação do professor como mediador dos conhecimentos educacionais e escolares auxilia na formação de uma sociedade realmente pensante.

Segundo Freire (1979), a ação docente é a base de uma boa formação escolar e contribui para a construção de uma sociedade pensante. Entretanto, para que isso seja possível, o docente precisa assumir seu verdadeiro compromisso e encarar o caminho do aprender a ensinar. Um educador precisa constantemente renovar sua ação docente para, da melhor forma, fazer-se entender pelos seus alunos.

Assim, cabe aos professores procurar atualizar-se, isto é a importância de conhecermos determinado assunto faz com que tenhamos segurança diante das dúvidas. Sabemos que o novo gera insegurança e instabilidade, mas a atualização profissional é muito importante, fazendo com que haja mudanças significativas e uma visão positiva em relação à inclusão, igualdade, equidade e garantir os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais. Os alunos serão beneficiados com essas ações positivas, claro que também é necessário cobrar do poder público formação continuada para que os docentes se atualizem, apesar do crescimento em pesquisa e publicações temos um déficit na formação e recursos humanos na graduação e pós-graduação. Ou seja, sem formação continuada os professores se sentem despreparados para atuar no ensino inclusivo e propor formação continuada e inserir disciplinas na graduação voltadas à educação especial e inclusiva atendendo a diversidade que a educação especial abrange a oportunidade de fazer a diferença na vida dos professores e alunos, o conhecimento não deve ser limitado e o acesso a ele deve ser democrático, preparar o profissional para lidar com as situações complexas que envolvam a inclusão no ensino é um grande passo para contribuir para uma melhora no trabalho docente.

A efetividade no processo de ensino aprendizagem contribui e muito para o desenvolvimento intelectual de pessoas com singularidades específicas. Isso, porque está diretamente ligada a maioria dos tipos de reações e emoções que influenciam na capacidade do desenvolvimento pleno do aluno deficiente ou não (Souza; Serpa, [s.d.]).

Para Piaget (1976), a emoção é um fator que pode acelerar ou inibir o progresso

cognitivo. O sentimento promove o avanço das estruturas cognitivas por meio do interesse e da necessidade, enquanto pode atrasar esse desenvolvimento quando se transforma em um impedimento para o raciocínio. Toda ação possui uma dimensão cognitiva e uma emocional. A emoção e a inteligência são duas facetas que não podem ser separadas, sendo ao mesmo tempo opostas e complementares, no crescimento do ser humano (Souza; Serpa, [s.d.]).

A identificação antecipada de necessidades especiais na educação infantil abrange a análise de várias dimensões teóricas e práticas que esclarecem como se dá o desenvolvimento das crianças, seus potenciais diferenças e as metodologias de ensino apropriadas para cada situação (Menezes; Queiroz, 2025).

Em sua teoria Jean Piaget (1973) enfatiza a relevância das fases do desenvolvimento mental, que cria um alicerce para compreender as previsões sobre o progresso das crianças em várias idades. Sob essa ótica, a função do educador é essencial na vigilância das crianças, a fim de detectar eventuais irregularidades no desenvolvimento cognitivo, físico, social ou emocional, possibilitando ações precoces (Menezes; Queiroz, 2025).

Com um pensamento contrário Vygotsky (2000), com sua teoria sociocultural, enfatiza que o envolvimento social é fundamental para o processo de aprendizado, e o educador, como facilitador, deve monitorar e ajustar suas abordagens de ensino para satisfazer as necessidades específicas das crianças (Menezes; Queiroz, 2025).

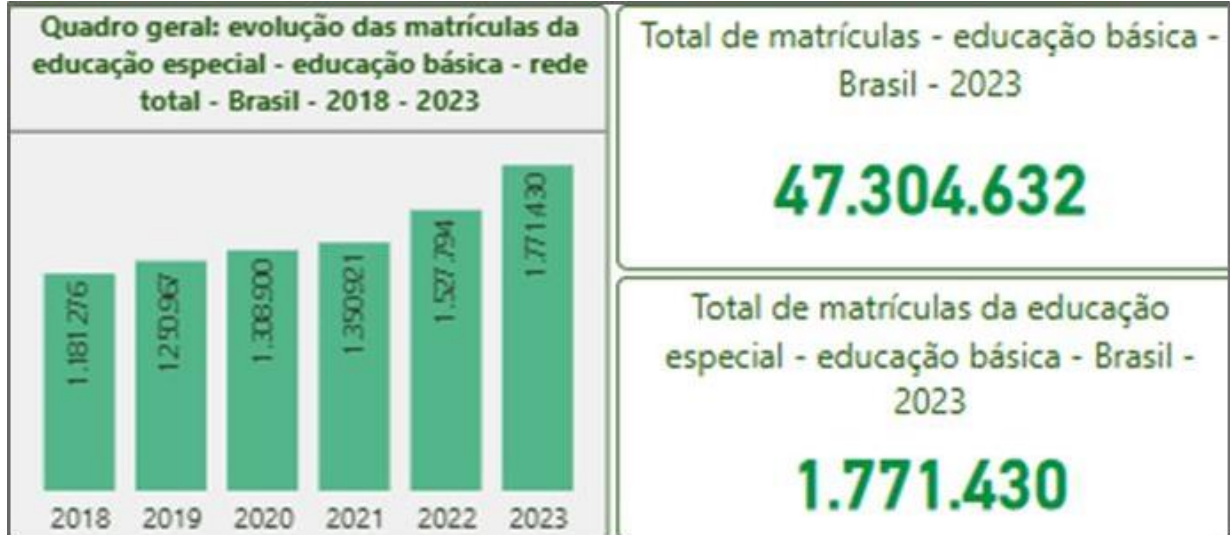
Portanto, é importante salientar que mesmo com as contribuições valiosas da literatura, há lacunas relevantes que devem ser tratadas, como a carência de recursos e a insuficiência de formação apropriada para os educadores nas escolas públicas, especialmente em situações de vulnerabilidade social. Várias investigações ainda destacam que a detecção de necessidades especiais frequentemente ocorre de forma tardia, quando os desafios da criança já se tornaram mais evidentes (Menezes; Queiroz, 2025).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O censo escolar é o principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica em que apresenta as informações acerca do quantitativo, proporcionando um controle da dimensão da evolução da inclusão escolar brasileira, o que serve de parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas, pois torna possível obter informações cruciais como sexo, idade e região, podendo assim mapear as regiões mais desenvolvidas e as que precisam de um meio mais pertinente para que a inclusão ocorra. A Análise dos dados do Censo Escolar entre 2018 e 2023 revela progresso significativo na inclusão de alunos com deficiência na educação brasileira, passando de 1.181.276 em 2018 para 1.771.430 em 2023. Em 2023, os

alunos da educação especial representam aproximadamente 3,7% do total de matrículas na educação básica, que somam 47.304.632.

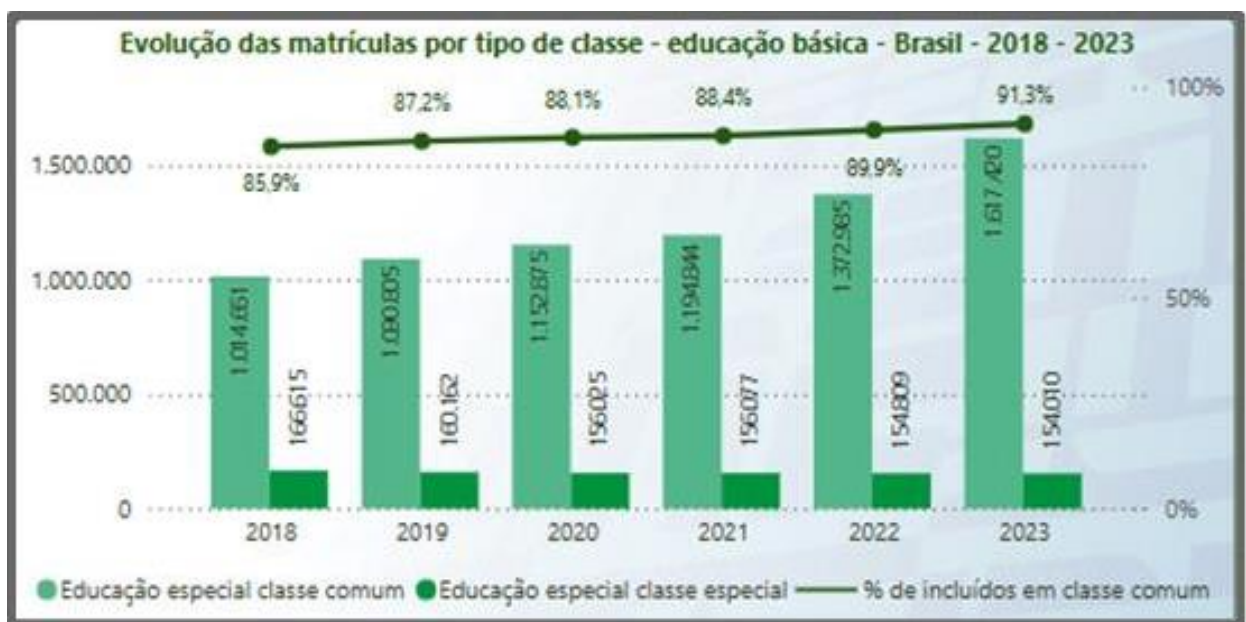
Gráfico 1 – Matrícula da Educação Especial 2018 – 2023



Fonte: Inep/Censo Escolar (2018 – 2023)

Esse dado demonstra a crescente representação desses estudantes no sistema educacional. Um dado interessante é a evolução das matrículas por tipo de classe. Em 2018, 85,9% dos estudantes da educação especial estavam em classes regulares. Esse percentual tem aumentado significativamente, alcançando 91,3% em 2023. Esse aumento demonstra um esforço evidente para integrar alunos com deficiência às classes regulares, promovendo uma educação mais inclusiva.

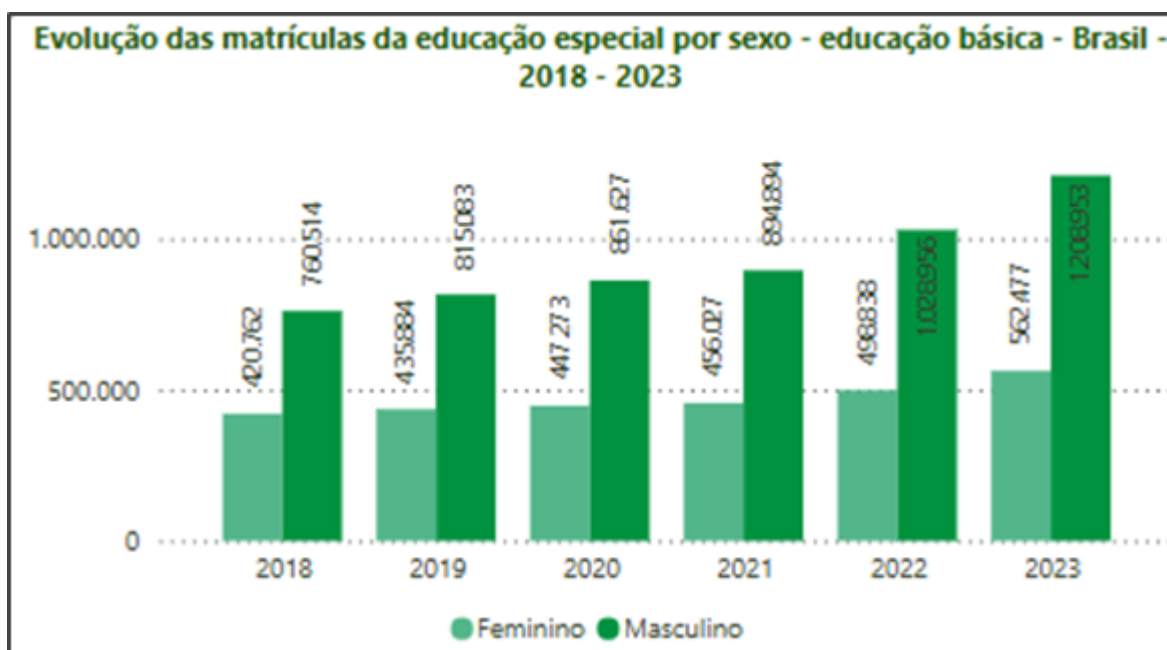
Gráfico 2 – Evolução das matrículas por tipo de classe



Fonte: Inep/Censo Escolar (2018 – 2023)

A maior parte das matrículas da educação especial está concentrada na educação básica e no ensino fundamental. Em 2023, no ensino básico, 1.617.420 alunos estavam nas classes comuns e 154.010 nas especiais. No ensino fundamental, havia 1.028.582 estudantes nas classes regulares e 85.648 nas especiais. No ensino médio, foram registrados 222.142 alunos nas classes comuns e 1.116 nas especiais. Esses dados demonstram que a inclusão é mais evidente nas fases iniciais da educação, quando a integração em classes comuns é mais intensa, com um aumento constante no número de matrículas na educação especial e uma maior integração em classes comuns. Esse progresso é indispensável para tornar a educação mais justa e inclusiva para todos. Esses dados, em conjunto, mostram um progresso importante na inclusão de alunos com deficiência no que diz respeito à quantidade. Contudo, é necessário prosseguir e aprimorar as políticas educacionais para assegurar que todos os alunos com deficiência tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente inclusivo e acolhedor.

Gráfico 3 – Evolução da educação especial por sexo



Fonte: Inep/Censo Escolar (2018 – 2023)

Embora o número de alunos do gênero masculino seja maior (1.208.954 em 2023) do que o do gênero feminino (563.477 em 2023), ambos os grupos apresentaram um crescimento significativo. Isso indica que a inclusão está sendo bastante benéfica para ambos os gêneros. É relevante considerar o histórico de opressão feminina em diversos aspectos normativos na sociedade, tendo em vista que o feminino já enfrenta certas diferenças. É animador ver que as crianças com necessidades especiais do gênero feminino estão sendo acolhidas com grande aceitação.

O crescimento das matrículas na Educação Especial é positivo, mas é crucial avaliar as

condições em que a educação está sendo oferecida, alguns pontos como infraestrutura adaptada, acessibilidade física, recursos tecnológicos, professores capacitados, formação continuada em Educação Especial, recursos didáticos adequados, materiais e tecnologias adaptadas para atender às diversas necessidades. verificar também os indicadores de qualidade como a taxa de evasão escolar, desempenho acadêmico dos estudantes, a satisfação dos pais, inclusão e integração dos alunos com deficiência. Diante do exposto acima, Meira (2024) demonstra em seu trabalho que:

Diante disso, coloca-se a necessidade de se pensar a acessibilidade também nesta direção, promulgando não somente o acesso destes sujeitos ao ambiente escolar, através de reestruturação, modificações, adaptações arquitetônicas e urbanísticas (as quais se sabe o quanto também são relevantes e necessárias), como também adaptações curriculares, de atitudes e de organização do processo de ensino/aprendizagem. (Negrini et. al, 2010, p.295)

Portanto, além de minimizar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas faz-se necessário investir em políticas públicas para a formação de professores, reorganização das estruturas das unidades de ensino, dos currículos escolares e dos processos de avaliação, garantia de acesso, permanência e ensino, (Jesus e Vieira, 2011 apud Meira, 2024). Além de ressignificar a deficiência e combater ao capacitismo institucional promovendo a remoção das barreiras físicas e atitudinais, (Piccolo, 2022 apud Meira, 2024).

Em seus estudos Cerqueira e Souza (2022) demonstra que a ausência de transporte escolar é um elemento que contribui para a exclusão. Regiões do país com infraestrutura de transporte deficiente, especialmente em áreas rurais, onde as distâncias são extensas, apresentam índices elevados de analfabetismo e evasão escolar. Isso se deve às dificuldades enfrentadas no percurso entre casa e escola, o que desmotiva aqueles que desejam frequentar as aulas. Ao longo do tempo, o Estado tentou minimizar esses efeitos nessas localidades, mas essas iniciativas não foram suficientes para eliminar o problema.

Muitos desafios são encontrados, mas investindo em políticas públicas e qualificação profissional há uma tendência a melhorias e que continuemos lutando por uma escola acessível para todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto trouxemos algumas legislações, percurso histórico da educação especial e inclusiva, sua diferenciação, o papel da gestão na educação inclusiva. Entendemos que o Censo Escolar é de extrema importância para compreender acerca da escolarização das pessoas com deficiência no Brasil, dando ênfase temporal entre o período de 2018 a 2023. Mesmo

a escola não podendo tudo, pode mais, acolhendo as diferenças, fazendo uma pedagogia que não tenha medo do diferente, do outro, das pluralidades. Sendo efetivo o propósito da escola que é garantir ensino baseado no diálogo, no aprimoramento dos valores, no compromisso com a sociedade. A construção de uma escola inclusiva é um desafio complexo onde requer comprometimento e liderança eficiente da gestão escolar, sendo assim a inclusão não é apenas a acessibilidade física, mas também a adaptação curricular, apoio emocional, valorização da diversidade e entender que as pessoas não são deficientes, o sistema que é, máquinas tem deficiência, pessoas não, pessoas são singulares.

Dessa forma, enfatizamos que, quando bem articulados, a escola e suas abordagens pedagógicas, em conformidade com o que está estipulado na legislação, devem ser encaradas como um esforço coletivo. Isso nos permitirá atender aos requisitos essenciais, tanto em termos de estrutura e recursos financeiros, quanto na qualificação profissional e no suporte especializado, garantindo, assim, a efetivação de um processo de educação inclusiva, reconhecido como um direito fundamental de todos. Com isso, buscamos aprofundar nosso entendimento sobre essa batalha contínua e diária pela educação inclusiva em nosso país, acreditando ter lançado algumas pequenas contribuições no sentido de despertar a atenção de todos no tocante à urgência de se ter gestões e gestores comprometida/os com as vertentes aqui perpassadas.

REFERÊNCIAS

BERTO, V. G; SILVA, S. I. J. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Conhecendo os desafios enfrentados por alunos com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**. Monografia (em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p.17.2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), LBI. nº 13.146/2015. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do estado de Alagoas: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022.

CERQUEIRA, L. E. L; SOUZA, I. A. **DESNATURALIZAR EVASÃO, CARACTERIZAR O QUE É EXCLUSÃO!**. Conedu. VIII congresso nacional de educação. Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. 2022.

JESUS, D. M. DE .; VIEIRA, A. B.. **Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais**. Educar em Revista, n. 41, p. 95–108, jul. 2011.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm . Acesso em: 04 out. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos, e Machado, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

de Lima Menezes, M. Q., Alves, J. L., Silva, J. A. G., de Sousa Lima, E. M., da Silva Araújo, G., de Castro, M. L. F., ... & dos Santos Fujiyoshi, M. R. (2025). **O papel do professor de educação infantil na detecção precoce de necessidades especiais**. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 17(2), e7634-e7634.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

LÜCK, H. **Gestão Escolar: Estratégias e Processos**. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

MEIRA, F. C. M. et al. **Análise das condições matrícula, acessibilidade e permanência de estudantes com deficiência na educação básica**. Anais do V CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108375>. Acesso em: 09 jan. 2025.

- NEGRINI, T.; COSTA, L. C. da; ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. **Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. DOI: 10.5902/1984686X1632. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1632>. Acesso em: 07 jan. 2025.
- PEREIRA, C. D. O. **Mapeamento da pesquisa educacional sobre o ensino de matemática para estudantes autistas na perspectiva da educação inclusiva**. Camilla Deborah de Oliveira Pereira. – Cajazeiras/PB: IFPB, 2021.
- PICCOLO, G. M. **PELO DIREITO DE APRENDER: CONTRIBUIÇÕES DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA À INCLUSÃO ESCOLAR**. Educação em Revista, v. 38, p. e36926, 2022.
- SCHUNKE, L.L.; BORDA, J.; GLIDDEN, R. F. **Conhecimento teórico e percepção de acadêmicos de psicologia sobre dislexia**. Atoa de pesq. Em ed., v.14, n2, p. 437, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354>. Acesso em: 07/01/2025 20:25.
- SILVA, G. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2015. 136 p.
- SOUZA, S. V. **Gestão Escolar: Concepções e Práticas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2023. 132 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=GWjFE-AAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=one-page&q&f=false. Acesso em: 11 nov. 2024.
- DE SOUSA, R. M. S. S; SERPA, Ms J. O papel da afetividade na educação inclusiva. [s.d].